

PROPOSTAS PARA UMA AGENDA DE TRANSFORMAÇÕES: A ECONOMIA SOLIDÁRIA DA CULTURA

Gabriela Spanghero Lotta¹

Resumo

Recentemente, o tema da Economia da Cultura tem ocupado grande espaço na discussão das políticas culturais. No entanto, apesar da grande euforia relativa ao tema, poucos têm se preocupado em avaliar criticamente seus resultados ou o próprio conceito da economia da cultura e as conseqüências ou exclusões que ele tem gerado em nossa sociedade. Este artigo tem como objetivo avaliar as inclusões e exclusões da Economia da Cultura e, à luz dos aprendizados da Economia Solidária, trazer algumas propostas que apontem a novas políticas públicas de cultura que promovam desenvolvimento com inclusão.

Palavras-chave: Economia da Cultura, Economia Solidária, Exclusão Cultural, Políticas Culturais, Políticas Públicas

Recentemente, os estudiosos, produtores, artistas e todos os que se envolvem com a arte e cultura têm se deparado com um campo de conhecimento tão instigante quanto inovador. A idéia de se trabalhar com a economia da cultura parece ter desafiado de forma positiva os economistas já tão habituados a lidar com temas relacionados a produtos tangíveis, mercado, ações, commodities, etc. Seja pela possibilidade de se envolverem com um tema criativo ou pela potencialidade que a própria cultura tem dado quando pensada em termos econômicos, fato é que a economia da cultura, enquanto campo de conhecimento, tem se alastrado nas academias, nos governos, nos espaços públicos de debate.

E os relatórios econômicos, cheios de índices, fatores, contas e dados só vêm a fomentar isso. Conclui-se que a participação das pessoas na chamada economia da cultura vem aumentando. Aumenta emprego, aumenta renda, gera novas tecnologias. Aumenta até a forma como esse conceito é tratado – e essas reflexões aqui fazem parte disso.

Essa economia da cultura de que estamos tratando recentemente é um processo dito global que envolve cadeias produtivas complexas; requer uma ação dinâmica, integrada,

¹ Professora Adjunta de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC
Gabriela.lotta@gmail.com

trabalho por processos e envolve diversas instituições. Essa economia da cultura também tem como característica a proposta de trabalhar com um ciclo integrado, ou uma cadeia econômica que engloba: formação, criação, produção, distribuição, gestão do conhecimento e memória.

No entanto, enquanto muitos pesquisadores, gestores e economistas buscam mostrar o quão benéfico esses processos relacionados à economia da cultura têm sido para a geração de renda e aumento do PIB, poucos têm se preocupado em avaliar criticamente o que se mede, os resultados ou até mesmo o próprio conceito da economia da cultura e as conseqüências ou exclusões que ele tem gerado em nossa sociedade.

Isso se torna ainda mais evidente quando, alguns anos depois de começarmos a pensar na economia da cultura, ainda encontramos instrumentos de fomento pouco acessíveis à maioria da população, recursos concentrados em algumas regiões e para alguns grupos, espetáculos, muitas vezes financiados com recursos públicos, com preços inacessíveis, equipamentos públicos de difícil acesso, muitos municípios sem nenhum acesso a bibliotecas, teatros, Internet ou quaisquer produções culturais, entre diversas outras exclusões.

Deixando um pouco de lado toda a inovação e o potencial de se trabalhar com economia da cultura, talvez seja um momento de começarmos a refletir sobre o que tem por trás desses trabalhos, desses relatórios, dessas pesquisas e estudos econômicos – cujo mérito ressalto, mas cuja crítica também se faz importante. O que nos propomos a fazer é avaliar o que temos esquecido, ou deixado de lado, quando tratamos, de forma tão animada, da economia da cultura. Ou seja, faremos um exercício de resgatar os detalhes, nem tão pequenos assim, que estamos esquecendo ao utilizarmos esse termo e, com isso como acabamos por permitir que algumas exclusões se perpetuem no processo.

Para tanto, me utilizarei aqui de alguns aprendizados que a economia solidária têm trazido para repensar as relações econômicas. À luz de alguns dos valores e princípios da economia solidária, buscarei trazer críticas à economia da cultura para, a partir disso, fazer propostas para repensarmos os conceitos e as políticas que estamos gerando.

Repensando o Conceito

Um primeiro aspecto importante é trabalhar justamente o conceito de economia da cultura. O conceito que usamos atualmente deixa de lado outras dimensões e questões essenciais para se analisar a economia e a cultura.

Creio que um primeiro problema está no próprio significado que se dá a esse conceito, que aqui chamarei de mercadológico. Quando vemos o uso corriqueiro de economia da cultura, encontramos esse uso relacionado, diretamente, a relações de mercado que se dão

dentro da arte, bem como seus ciclos na cadeia econômica. Nisso estão incluídas formas de fomento, patrocínio, relações de compra, venda e distribuição, remuneração, etc.

Nesse conceito mercadológico, no entanto, vê-se uma diminuição dos termos economia e cultura e, conseqüentemente, da junção de ambos. Sugiro que olhemos de forma mais ampla para os significados que a ciência dá a esses dois conceitos para tentarmos redefinir o que é economia da cultura.

A economia, na ciência, busca tradicionalmente analisar as formas como a sociedade utiliza os bens e dá a eles valor ou, em outras palavras, como se dão as relações de trocas dentro da sociedade.

Já o termo cultura, amplamente trabalhado pelos antropólogos, é considerado como o complexo social que inclui conhecimento, crenças, arte, morais, leis, costumes, fala, hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade.

Considerando essas duas definições, apontamos para um novo conceito de economia da cultura, muito mais amplo e que traz dentro de si diversas possibilidades de ações e perspectivas que atualmente não são consideradas pela economia da cultura.

A primeira questão, portanto, está em definirmos qual o significado que daremos ao conceito de economia da cultura – se focando apenas as relações mercadológicas que envolvem a arte ou se abrangendo todas as relações de troca relacionadas às diversas formas de vida. Se optamos por essa segunda significação, que aqui eu defendo, abrimos a possibilidade de repensar os diversos usos e políticas que estamos criando a partir de um conceito antes limitado de economia da cultura. Esse novo conceito, portanto, nos leva a repensar como se dão as práticas econômicas, as relações de troca, as formas de acesso, a diversidade e o desenvolvimento, fatores que analisarei em seguida.

Exclusão, Diversidade e Desenvolvimento Sustentável

Pontos essenciais para avaliarmos as políticas e ações desenvolvidas dentro do escopo da economia da cultura são a questão da exclusão e da diversidade cultural. Segundo a Unesco, “a liberdade de escolher uma diversidade cultural e de exercê-la sem discriminações é comparada em importância à democracia e à oportunidade econômica” (RDH 2004 – PNUD). O direito humano, portanto, prescinde a liberdade cultural dos indivíduos e implica, necessariamente, na articulação da cultura nas diversas políticas públicas, por meio de processos democráticos e da promoção do acesso aos direitos culturais. Sobre esse mesmo assunto, a própria Constituição Federal brasileira, no artigo 215, considera, sobre isso que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiara e incentivará a difusão da manifestação cultural”.

Assim, em uma época em que todas as políticas públicas se voltam para a cidadania, buscam ampliar acesso, melhorar qualidade de vida e gerar oportunidades, precisamos considerar como a economia da cultura tem promovido o acesso a bens, produtos e equipamentos culturais, o direito de participar dos processos criativos, de decidir sobre o fazer cultural, o acesso a recursos públicos, a espaços de experimentação, à preservação das diversidades e identidades, etc.

Nesse sentido, quando tratamos a questão da exclusão dentro das políticas culturais, e da economia da cultura, devemos olhar tanto para como os criadores e produtores têm acesso a oportunidades de desenvolverem sua arte (seja ela voltada para o mercado ou não), quanto para a forma que a população tem tido acesso a esses produtos e equipamentos culturais e possibilidade de desenvolver seu próprio potencial criativo. Assim, consideramos aqui a exclusão como a falta de acesso tanto dos artistas como de quem vivencia a cultura.

Em relação aos produtores e artistas, cabe analisarmos aqui as formas de fomento e patrocínio que temos hoje. Se avaliarmos o próprio formato e a lógica dos editais e leis de fomento, vemos que elas próprias já produzem, ou reproduzem, esquemas de exclusão. Podemos enumerar, entre outras dificuldades: a linguagem difícil complexa desses editais; os termos técnicos e administrativos utilizados que exigem um conhecimento dessa linguagem; a forma de envio – se for em Internet exclui boa parte da população que não tem acesso e, quando é em papel, exige altos gastos em cópias e correios. Além disso, na medida em que os produtos culturais levam o nome do patrocinador, isso estimula que o patrocínio favoreça os artistas que podem promover o nome da empresa patrocinadora.

Essa lógica produz alguns resultados bastante perversos. Um deles é a concentração dos recursos nas grandes cidades e para os grupos e artistas mais conhecidos. Outro resultado é a produção de mediadores, pessoas que têm acesso ao conhecimento dos editais, que sabem o caminho das pedras, que dominam a linguagem etc. A relação de mediação, por sua vez, se não for bem cuidada, pode levar ao que já conhecemos e tememos tanto: clientelismo ou patronagem. E, assim, os artistas podem ficar subordinados, e por vezes explorados, por quem sabe preencher os papéis, que tem acesso aos conhecimentos do mercado.

Se pensarmos em relação à sociedade geral e como ela pode vivenciar a cultura, podemos elencar ao menos três formas de exclusão que a atual economia da cultura gera.

A primeira é a exclusão territorial, marcada pela dificuldade física de as pessoas acessarem os lugares onde são apresentados os espetáculos, as exposições, os filmes, os shows, etc. Nesse sentido, uma das questões relevantes é relacionada ao transporte, já que muitas vezes os equipamentos culturais estão localizados no centro das grandes cidades que nem sempre disponibilizam meios de locomoção fácil, rápida e financeiramente acessível.

Outra questão é a divulgação e o acesso à informação sobre os eventos, já que quem não frequenta os equipamentos, não circula nos grandes centros ou não lê os jornais de grande circulação não têm nem ao menos acesso às informações sobre espetáculos e eventos que estão acontecendo na cidade.

Outra exclusão é a econômica. Em parte está ligada à questão do transporte, já que muitas vezes as pessoas não têm recursos para se locomover aos equipamentos culturais. No entanto, uma questão ainda mais importante é relacionada ao preço dos espetáculos. Como já falamos, e é bastante evidente no contexto brasileiro, muitas vezes os espetáculos, mesmo sendo financiados com dinheiro público, cobram altos valores de ingressos, impossibilitando que boa parte da população tenha acesso a essas apresentações.

Por fim, e mais importante, está a exclusão simbólica. Ela está ligada à forma como as pessoas se conectam com o mundo cultural, como se sentem em relação ao que é feito, como são bem vindas, ou não, ao universo dos equipamentos de cultura e o quanto se sentem excluídas deles. Essa exclusão está ligada aos processos de homogeneização cultural, que limitam as formas de manifestações “permitidas” no mercado cultural e que, portanto, excluem diversas experiências e vivências artísticas. Essa exclusão também está ligada ao direito e à liberdade cultural das pessoas de vivenciarem suas formas culturais, de se sentirem representadas nas manifestações, de terem acesso aos espaços e às identidades. Como afirma Hamilton Faria, “o exercício da diversidade cultural só tem sentido dentro de um quadro abrangente de direitos culturais entendido como direitos autorais, direito de participação a vida cultural, de decidir sobre os fazeres culturais, direito a ecologia cultural, direito a identidade etc. (e algo como o direito a incorporar a cultura dentro da educação).” Assim, a exclusão simbólica se dá justamente pelo não acesso a essa diversidade cultural e à liberdade de escolher e vivenciar as diversas formas de cultura existentes.

Com base esses três eixos de exclusão, e considerando que eles são, em grande parte, fruto dessa lógica que temos hoje na economia da cultura, surge a questão de como podemos construir uma nova economia da cultura, ou novas relações de troca dentro da cultura, que não reproduzam a lógica da exclusão? Para tanto, como construir políticas que acabem e não recriem barreiras físicas, econômicas e simbólicas? Como pensar políticas públicas que se baseiem na preservação e no respeito da diversidade?

Nesse sentido, cabe pensarmos na questão da diversidade cultural e como ela tem sido, ou não, apropriada pela economia da cultura. Só para lembrarmos o contexto que temos hoje, vivemos em um mundo marcado por identidades múltiplas reconhecidas, diversidades culturais, direitos das minorias, etc., que são, muitas vezes, exaltados pelo próprio mercado em prol do consumo. Apesar de todos esses reconhecimentos, o que se observa é que a

economia mercadológica da cultura parte, muitas vezes, da premissa de que as produções culturais devem se adaptar às necessidades e características do mercado. Mesmo exaltando-se a diversidade de produtos e conteúdos (diga-se, para agradar às diversidades), cria-se uma padronização nos formatos, meios de acesso e informação que, conseqüentemente, geram a lógica de que “quem não se adapta ao mercado, está excluído do processo”.

Um resultado perverso dessa lógica, e que encontramos ao observar as pautas e programações dos equipamentos culturais, é a pressão por uma homogeneização da cultura, ou seja, uma busca por padrões já consolidados e aprovados pelo “mercado” e, portanto, mais fáceis de serem vendidos e patrocinados. O mesmo podemos ver quando os órgãos da gestão pública contratam para fazerem festas locais grandes grupos, a cachês altíssimos, que fazem sucesso e provêm das grandes cidades – desconsiderando ou não pagando os grupos locais.

No entanto, quando pensamos naquelas formas de manifestação ligadas às tradições, ao simbólico e ao sagrado, a exemplo, no Brasil, do cavalo-marinho, maracatu rural, tambor de mina, entre tantos outros, vemos um processo perverso no país que obriga esses grupos a se adaptarem a palcos e mercado para continuarem a existir – quando, na verdade, sua própria razão de ser não está ligada a apresentações, público e palco. O mesmo podemos ver com rituais indígenas que são, por vezes, adaptados para virarem simples apresentações para o público que visita as aldeias – e não dá para deixar de associar isso à visita a um zoológico.

Neste contexto, vem a questão de como lidar com a diversidade, com o ritual, o simbólico e o sagrado numa perspectiva de economia da cultura. Como pensar na permanência dessas culturas tradicionais sem que elas tenham que se submeter às regras e padrões mercadológicos? Sem que tenham que adaptar suas manifestações a tempos e espaços comerciais, a músicas vendáveis, ao gosto dos “consumidores culturais”? Como não permitir que o mercado – e nisso se incluem as políticas públicas – gerem processos homogeneizadores que suprimam as diversidades, que acabem com os simbolismos, que concretizem o sagrado? E como, também, não permitir que essa economia da cultura desconsidere as vivências no território, a ligação das pessoas aos locais e ao ambiente?

Nesse sentido, cabe retomar a lógica que a economia mercadológica da cultura promove com relação aos materiais e ambiente. Em uma economia da cultura, por exemplo, para permitir mais retorno (ou lucro) nos produtos culturais, muitas vezes impõe-se a lógica de diminuir os custos, aumentar a produtividade, gerar mais eficiência. É assim que se colocam ações como: comprar materiais mais baratos (mesmo que *made in china* e desconsiderando os pequenos produtores ou vendedores locais); utilizar materiais mais baratos (mesmo que feitos com materiais não recicláveis, danosos ao meio ambiente); fazer

mais em menos tempo (o que pode incluir a industrialização do que era artesanal, a padronização, a especialização).

Por outro lado, vemos uma força que tenta ser alternativa a esses processos criando os mercados alternativos, que, embora tenha grande mérito, por vezes são também marcados por lógicas perversas como, por exemplo: desenvolve-se o consumo de produtos “naturais” (mesmo que embalados com materiais nada naturais e vendidos em locais que não preservam a natureza); feitos por pessoas “excluídas” (mesmo que vendidos por preços altíssimos em lojas de alto luxo cujo lucro vai somente para os lojistas e não para os artistas); ligados a manifestações tradicionais (mesmo que os produtos tenham sido padronizados, em parte industrializados).

Considerando todos esses aspectos, cabe pensar como uma nova economia da cultura pode dialogar com os locais, com as vivências territoriais e com os diversos saberes, promover um consumo consciente, permitir a distribuição dos recursos e sair da lógica da produção/exploração. Cabe pensar também como essa nova economia da cultura pode promover o bom uso dos recursos materiais, da ligação com o ambiente, da relação do homem com o meio.

Recriando as possibilidades

Tendo em vista todas as dificuldades e questionamentos que a economia da cultura atual nos coloca, me parece ser importante começarmos a reconstruir as possibilidades econômicas e culturais, para que gerem menos exclusões, barreiras e lógicas perversas. Para tanto, talvez um exercício interessante seja o de olhar para alguns princípios que criados para repensar o próprio conceito de economia. A economia solidária, área do conhecimento que vem ganhando amplitude nos últimos anos, buscou salientar alguns valores e princípios que poderiam redesenhar as relações econômicas, na tentativa de proporcionar menos exploração e mais solidariedade.

A economia solidária é definida como uma forma de produção, consumo e distribuição da riqueza que se centra no ser humano e não apenas no capital. Para tanto, tem como base o associativismo e o cooperativismo voltados para produção, consumo e comercialização de bens e serviços. Essa economia busca a transformação do trabalho em um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica. Os princípios que regem as relações dentro da economia solidária são: gestão democrática, autonomia, educação, compromisso com a comunidade e equidade.

Com base neste olhar da economia solidária, podemos propor para uma nova economia da cultura um olhar mais amplo e democrático que abarque e respeite as

diversidades e os diferentes saberes. Além disso, o olhar transversal para além da economia enquanto arte e para a integração do homem com o meio cabe nesta perspectiva. Por fim, a valorização do território, do local e da inclusão das pessoas no desenvolvimento humano se torna fatores essenciais dentro desta nova economia que estamos propondo.

Tendo como base esses princípios e olhares, apresentaremos em seguida algumas propostas de ações e práticas concretas que podem ajudar a transformarmos as relações dentro da economia da cultura, caminhando para uma economia mais solidária da cultura e que solucione algumas das dificuldades apresentadas acima.

Um primeiro eixo de ações dizem respeito às relações de quem vive ou trabalha com cultura – artistas, grupos, criadores ou produtores, por exemplo. Em relação a esse eixo, podemos pensar em:

- Atividades que incentivem formas de cooperação – formais ou não.

A exemplo do que a Economia Solidária tem defendido e promovido, uma possibilidade é realizar ações que promovam ou incentivem as formas de cooperação de artistas, grupos, etc. Assim, tanto o poder público como os próprios grupos podem se mobilizar no sentido de criarem cooperativas, associações – através da constituição formal - ou simples compartilhamento de atividades. Práticas como essa têm como objetivo melhorar a situação econômica de um grupo de pessoas, solucionando problemas ou necessidades comuns que dificilmente seriam resolvidos isoladamente. Assim, essas cooperações, formais ou não, são um meio de um grupo de indivíduos, através de acordo voluntário, realizarem trocas recíprocas que permitam resolver os problemas. Para tanto, algumas ações que o poder público ou organizações da sociedade civil podem desenvolver são:

- Palestras e reuniões que sensibilizem para a idéia de cooperação;
- Concessão de um espaço de trabalho comunitário para que os artistas se reúnam e possam trocar experiências. Nesses espaços podem ser disponibilizados cursos, oficinas, uma biblioteca, computador com acesso à Internet. Pode-se também pensar em disponibilizar uma assessoria nesse espaço, que será explicada abaixo.

- Disponibilizar assessoria para construção de cooperativas: para que se possa auxiliar os grupos a constituírem legalmente cooperativas - quando assim o desejarem, pode-se pensar na criação de uma assessoria. Isso pode ser pensado à luz das experiências de Incubadoras de Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) – experiência existente em diversas universidades brasileiras e que ajudam grupos a se constituírem e funcionarem enquanto uma cooperativa.

- Auxiliar na cooperação dentro da cadeia produtiva: a idéia é pensar como integrar a cadeia produtiva relacionada à cultura, permitindo, através da cooperação, melhores

condições para quem faz e vive da arte. Para tanto, deve-se, em primeiro lugar, mapear a cadeia produtiva existente para, em seguida, pensar em formas de escoamento comum, compra coletiva de materiais, melhoria integrada nos padrões de qualidade, criação de selo de origem do produto, etc. Essa estrutura pode ser gerida através da criação de um Fundo dos próprios artistas e produtores, por exemplo.

- Criação de espaços de artesanato e feiras de valorização da cultura local. Nestes espaços, os artesãos do local possam expor suas criações, além de trocarem experiências entre si. A criação deste espaço pode também servir de potencial para se pensar na estratégia de distribuição coletiva dos produtos, nos grupos de compra, na criação dos selos, e no incentivo às produções diferenciadas e à não padronização dos produtos artesanais. Com relação às Feiras, os próprios artistas podem ser incentivados e auxiliados a criarem feiras periódicas que promovam a valorização e reconhecimento da cultura local. Além de serem importantes para atrair turistas, essas feiras servem como meio de fortalecimento da identidade local, na medida em que dão acesso para que a população local conheça o que é feito em sua região. No município de Tejuçuoca-CE (13 mil hab), a prefeitura investiu na criação de uma grande feira anual voltada para a cultura do Bode, na qual são apresentados e vendidos produtos relacionados à culinária, bordado, artesanatos, vestimenta de couro, além da comercialização dos animais. Os grupos e artistas locais se apresentam na festa que serve como meio para cooperação, auto-reconhecimento e promoção da imagem da cidade. Atualmente a festa reúne cerca de 50 mil turistas.

- Dar assessoria, qualificação e acompanhamento a projetos

Para se promover uma melhoria nos projetos, ações e relações com quem faz cultura é essencial que os artistas e grupos tenham acesso a programas de qualificação, assessoria e acompanhamento de suas atividades. Para tanto, o poder público deve conhecer a realidade dos grupos da região. Assim, a elaboração de mapeamento dos grupos e artistas, das atividades, bem como diagnóstico dos principais entraves e das possibilidades de ajuda é essencial para que se construam uma boa política de auxílio e qualificação dos grupos. Após a realização de um mapeamento e diagnóstico cultural, o poder público, organizações da sociedade civil ou grupos organizados podem desenvolver diversas ações para melhorar a situação dos grupos culturais da região, entre elas:

- Disponibilizar assessoria: pode-se disponibilizar uma assessoria permanente para os artistas e grupos da região que auxilie no preenchimento de formulários e editais, a conseguirem documentos necessários, ajudem a pensar a estratégia de venda dos produtos, a criar padrões de qualidade e selos de origem, etc. Uma assessoria pode contribuir para a

melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas, além de ajudar os grupos ou artistas a planejarem e organizarem suas ações e a coordenarem a forma de execução. A disponibilização de uma assessoria também ajuda os grupos a participarem de editais e leis de fomento nos quais têm dificuldades de se inscreverem – seja por problemas no preenchimento dos formulários, seja na organização dos documentos solicitados – contribuindo para que os grupos não caiam em possíveis relações de patronagem com mediadores.

- Acompanhar o desenvolvimento dos projetos: pode-se criar, dentro da Secretaria Municipal de Cultura, por exemplo, um órgão que possa acompanhar o desenvolvimento de projetos apoiados pelo poder público. A exemplo do Programa VAI, da Prefeitura de São Paulo, o órgão que coordena as atividades realiza um acompanhamento mensal de cada um dos programas desenvolvidos, através de contatos telefônicos, visitas às atividades ou relatórios enviados pelos próprios grupos. Estes acompanhamentos garantem que a gestão pública esteja em contato com os grupos apoiados, que diagnostique quais os problemas recorrentes e que, portanto, organize ações e atividades que possam melhorar a situação dos grupos ou artistas.

- Pode-se pensar também em juntar todas as atividades elencadas acima em um espaço ou órgão único, que seja responsável por promover aprendizagem – através de cursos e oficinas de formação – inclusive para projetos, por dar assessoria para constituição jurídica das atividades, assessoria para planejamento, etc. Para tanto, pode-se basear nas ações desenvolvidas pelo Sebrae no Brasil, que disponibilizam diversos auxílios tanto em formação como em assessoria para projetos.

Acima apresentamos algumas alternativas de como o poder público e as organizações da sociedade civil podem desenvolver pequenas práticas e ações que transformem as relações – econômicas e sociais – no universo da cultura. Mas, para além dessas questões, um dos pontos centrais para melhorar as relações dentro da cultura é repensar as formas de fomento e acesso aos recursos públicos e privados, que trataremos neste segundo eixo de ações.

- **Melhoria nos Editais e Leis de Fomento**

Como mostramos acima, boa parte dos editais e leis de fomento existentes reproduzem uma lógica perversa que provoca exclusão ou concentração de recursos em regiões e grupos. Para se repensar como esses editais e leis devem funcionar, alguns ações importantes que podem ser desenvolvidas são:

- Simplificar editais e leis de fomento: boa parte dos formulários existentes atualmente são bastante difíceis de serem preenchidos por terem linguagem específica e inacessível. Assim, deve-se pensar em um instrumento mais compreensível para as pessoas, que não tenha

tantos jargões administrativos e que possam ser facilmente preenchidos. No entanto, mesmo simplificando-se a linguagem ainda existirão artistas e grupos excluídos, por não saberem ler/escrever ou articular idéias escritas. Para superar essa dificuldade, um exemplo interessante tem sido desenvolvido com o Prêmio das Culturas Indígenas, do Ministério da Cultura. Neste edital, os grupos ou tribos se inscrevem por meio de uma fita VHS gravada na língua nativa da tribo e no qual são descritas ou mostradas as atividades que se propõe desenvolver. Este formato de inscrição permite que boa parte dos grupos de culturas tradicionais (como índios e grupos da cultura popular) tenham acesso a recursos públicos dos quais são tradicionalmente excluídos.

- Criar editais específicos para artistas e grupos diferenciados: pensando na lógica de concentração que os editais e fomentos produzem, pode ser interessante pensar em editais específicos para alguns públicos que não têm normalmente acesso a esses recursos. É o caso do exemplo acima, com a criação do edital das culturas indígenas. Temos também como exemplos do Ministério da Cultura o Edital das Culturas Populares, o Edital das Culturas Ciganas, o Edital GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais). Já na Prefeitura de São Paulo o Programa VAI atende à mesma necessidade, na medida em que é voltado para os grupos que da periferia, apoiando o desenvolvimento de projetos experimentais e que não atendem aos pressupostos de outros editais. Neste sentido também é importante ampliar o escopo de quem pode se inscrever nos editais e leis. Muitos deles permitem a inscrição apenas de pessoas jurídicas, o que dificulta muitos artistas e grupos que não têm empresas ou participam de cooperativas formais. Esta lógica acaba por excluir algumas pessoas de participarem ou cria um mercado para produtoras que “emprestam” (a uma porcentagem do valor total) seus documentos para grupos ou artistas se inscreverem.

- Focar em atividades alternativas e para público diferenciado: é importante pensar não apenas em grupos ou artistas diferentes acessando os recursos, mas também em atividades e público diferenciados. Essa mudança é importante para que os recursos públicos e privados também possam dar acesso a pessoas tradicionalmente excluídas do mundo cultural. Um exemplo disso é o Programa de Democratização Cultural do Instituto Votorantin. A partir de 2006 o Instituto decidiu centralizar os patrocínios de todas as empresas do grupo Votorantin e voltar todos os recursos para atividades que promovam democratização do acesso à cultura. Assim, são aprovados programas que contemplem público de periferia, da zona rural, de pequenas cidades interioranas ou de estados onde há escassos recursos voltados à cultura. Além do público diferenciado, esses editais alternativos também podem ser voltados para a distribuição espacial dos recursos. Como exemplo, pode-se pensar em editais que contemplem apenas grupos e público das regiões ou estados mais carentes e com menor acesso à cultura.

Os editais podem também pensar em contrapartidas maiores e diferenciadas, ao invés da tradicional porcentagem de ingressos gratuitos. Como argumentamos acima, não basta apenas solucionar a exclusão financeira para que as pessoas tenham acesso à cultura, é por isto que, mesmo disponibilizando ingressos gratuitos, boa parte dos espetáculos não consegue contemplar o público de baixa renda. Desta forma, pode-se pensar em contrapartidas como: oficinas em espaços mais periféricos, apresentações em teatros populares ou escolas públicas, etc. Neste mesmo sentido, é importante que os editais atentem para a forma de divulgação das atividades que estão apoiando. Para garantir acesso a um público diferenciado, é importante se investir em divulgação alternativa, como carros de som, cartazes em postos de saúde e escolas públicas, rádios comunitárias, etc.

- Preservar a cultura simbólica: partindo da idéia ampliada de cultura que adotamos, os editais e leis devem também olhar para aqueles grupos ou pessoas que produzem sua manifestação não enquanto arte, mas como tradição, religião ou ligada ao simbólico – como no caso das culturas populares ou culturas indígenas. Devido às suas características e razão de ser, muitas dessas manifestações não se interessam por participar do mercado ou concorrer a recursos públicos, já que seu objetivo não é promover apresentações, CDs, exposições, etc. No entanto, dada a lógica de acesso a recursos, como já dissemos, muitas vezes esses grupos ficam obrigados a se adequarem à lógica da economia da cultura. Em contraposição a isso, pode-se pensar em formas alternativas que garantam a esses grupos a sobrevivência fora do mercado e, portanto, a preservação de suas tradições. Um exemplo disso é o próprio Edital das Culturas Populares e o Premio das Culturas Indígenas apresentados acima. Outra experiência interessante é a Lei dos Mestres criada pelo Governo do Estado do Ceará. Esta lei tem como objetivo dar uma bolsa/aposentadoria aos mestres de cultura popular reconhecidos como tal. Assim, os mestres e seus grupos recebem recursos para continuar a realizar sua manifestação sem ter que participar de editais ou vender apresentações adaptadas.

As ações acima, juntamente com as ações do primeiro eixo, de auxílio aos grupos e artistas, são essenciais para se transformar as relações de quem faz e vive da arte. No entanto, devemos ampliar essas visões olhando também para práticas e experiências que permitam democratizar o acesso à cultura, criando alternativas às exclusões física, financeira e simbólica de que tratamos anteriormente. Neste sentido, focaremos agora em alguns exemplos de como possibilitar às pessoas acessarem a cultura para, a partir disso, terem acesso ao desenvolvimento humano e cultural.

- Democratizar o Acesso à Cultura

- Construir um espaço cultural nas periferias: à luz da experiência dos Barracões Culturais da Cidadania, da Prefeitura de Itapeçerica da Serra, podem ser construídos espaços

nos territórios mais excluídos da cidade, como periferias ou locais com grandes índices de exclusão ou violência, por exemplo. Nesses espaços, as pessoas do local podem ter acesso à vivência e criação cultural, através de cursos e oficinas em diversas linguagens artísticas, como teatro, dança, música, literatura, etc. A prefeitura disponibiliza uma programação de cursos e oficinas para que as pessoas do local possam acessar essas atividades em seu próprio território. Além disso, estes espaços são também apropriados pela comunidade para suas próprias dinâmicas culturais onde, por exemplo, os grupos realizam encontros, ensaios, apresentações, etc.

- Descentralizar palcos e espaços de apresentação: uma ação importante para diminuir a exclusão territorial e financeira é descentralizar os eventos culturais que acontecem na cidade. Para tanto, pode-se pensar em adequar escolas e outros espaços públicos, como os próprios barracões culturais, para receberem espetáculos, oficinas e apresentações. Uma idéia alternativa e inovadora é a construção de palcos móveis. Diversas experiências têm criado palcos sobre ônibus ou caminhões que levem espetáculos para outras cidades, além de servirem de espaço para que grupos das comunidades possam se apresentar. O caminhão-palco permite que municípios ou comunidades que não têm acesso a equipamentos culturais possam ser incluídos no circuito cultural. A mesma lógica do palco-móvel pode ser apropriada para bibliotecas-móveis, a exemplo da experiência da Expedição Vagalume, que percorre o norte do Brasil levando às comunidades amazônicas o acesso a livros, contadores de história, além da formação de mediadores de leituras nos territórios.

- Criar veículos alternativos de comunicação: como apontamos acima, uma das exclusões territoriais é causada pela falta de divulgação descentralizada dos eventos culturais da cidade. Considerando que as pessoas mais excluídas não têm acesso às informações disponibilizadas nos centros culturais, nos jornais ou na Internet, pode-se pensar em formas alternativas de levar essas informações às populações periféricas. Como exemplo temos as experiências com rádios comunitárias que podem ser parceiras importantes para divulgar as atividades. Os carros-de-som ou bicicletas-de-som têm sido usados também pelas prefeituras para divulgar políticas públicas e podem ser um veículo interessante para as informações culturais. A prefeitura de Rio Branco, no Acre, por exemplo, criou em 1995 a Rádio Cipó que, a custos mensais baixos percorria todos os bairros da periferia fazendo difusão cultural e abrindo espaço para criação e comunicação de informações. Pode-se pensar também em disponibilizar os cartazes, folhetos e faixas em locais de amplo acesso, como postos de saúde, escolas públicas ou espaços comunitários – como associações de moradores, ONGs locais, etc. Todos esses meios alternativos de circulação podem permitir que a população acesse informações muitas vezes restritas a quem já está incluído no circuito cultural.

- Formar educadores em arte e cultura: ainda no sentido de ampliar o acesso das pessoas à cultura em geral, é importante envolver os professores e educadores – da rede pública e privada – nas atividades desenvolvidas. Pode-se, por exemplo, investir na formação de educadores em arte e cultura. Uma experiência dessas é desenvolvida pelo Instituto Brincante, em São Paulo, que, há três anos, criou um curso de arte-educadores. Os professores são formados em aulas práticas e teóricas no universo cultural, aprendendo, por exemplo, brincadeiras de roda, danças e música populares, história das culturas populares, criação de brinquedos e brincadeiras educativas, contação de histórias, entre outros temas que os ajudam a levar o universo cultural para dentro das escolas. Neste sentido, também é importante formar os professores na história cultural do município, possibilitando que ele transmita aos alunos o universo da cultura popular do local, as lendas e histórias daquele território.

- Estimular convivência e troca com artistas: uma das causas da exclusão simbólica de que tratamos é a falta de contato entre as pessoas e o universo cultural, seja ele em forma de acesso a espetáculos, seja no acesso a quem produz e vivencia a cultura. Para tanto, pode-se estimular o contato entre artistas e a comunidade em geral, possibilitando espaços de troca e aprendizagem mútuas. Uma das alternativas para isso é juntar os mestres da cultura popular com as escolas, seja levando-os para conversarem com os alunos, seja levando os jovens para conhecer os lugares onde os mestres atuam. Além do ambiente escolar, a gestão pública pode estimular momentos de aprendizado com a comunidade, como desenvolvendo oficinas, aulas-espetáculo, palestras ou momentos mais informais de trocas entre a comunidade e os artistas. Para essas ações, é importante que a prefeitura entre em contato com as lideranças e atividades desenvolvidas no local, para que possam unir esforços, compreender a dinâmica do território e, portanto, desenvolver ações que possibilitem maior participação das pessoas. Além disso, o estímulo a essas convivências ajuda a romper uma barreira simbólica entre quem faz e quem assiste arte.

- Compartilhar cuidado com o patrimônio cultural: um dos grandes problemas relativos ao patrimônio cultural das cidades é a preservação e valorização por parte da população. A depredação do patrimônio local se dá, muitas vezes, pela falta de informações, valorização e estímulo ao cuidado. Assim, é importante que a prefeitura desenvolva ações para que a própria população se aproprie daquele espaço, valorizando-o e cuidando de sua preservação. Um exemplo disso é o projeto de Oficina de Artes e Ofícios, desenvolvido pela prefeitura de Santana de Parnaíba, em São Paulo. A prefeitura tem dado formação profissional a jovens em situação de risco para que possam desenvolver atividades de restauração do patrimônio local. Além da melhoria das condições desses bens, os jovens passam a valorizar o patrimônio local, estimulando outros jovens, e a população em geral, a preservar o bem

público. O projeto também possibilita geração de renda para esses jovens e melhoria de sua situação de risco. Outra experiência interessante é desenvolvida pela prefeitura de São Luis do Maranhão. Lá, boa parte dos bens tombados como patrimônio são residências particulares, nas quais os proprietários não podem fazer grandes reformas ou mudar os ambientes devido ao tombamento. Desta forma, muitos proprietários deixavam o domicílio depredar-se para que, quando não tivessem mais condições, fossem destruídos e reconstruídos – perdendo o status de patrimônio público. Para estimular a preservação e melhorar as condições de vida dos proprietários, a prefeitura estimulou a criação de mutirões de reforma dos bens tombados. Cedendo o material de construção, bem como assistência, a prefeitura estimulou que os proprietários se juntassem e, unidos, reformassem as casas dentro das condições permitidas pelo tombamento. Esses mutirões puderam melhorar as condições de moradia e fizeram com que os moradores se apropriassem e, portanto, valorizassem os bens em que vivem. Além disso, ajudou a garantir uma preservação do patrimônio público.

Conclusões

As propostas e idéias apresentadas acima fazem parte de uma construção de alternativas às exclusões e barreiras que a economia da cultura tem produzido e que são deixadas de lado nas discussões políticas e acadêmicas sobre esse tema. Tentamos desenvolver um trabalho de resgatar os “pequenos” detalhes e exclusões produzidos pelo mercado, buscando algumas soluções e caminhos possíveis para podermos transformar as relações culturais que existem atualmente. Assim, estas alternativas surgem como forma de ampliar acessos, garantir diversidade, respeito às diferenças e, acima de tudo, garantir os direitos culturais.

Temos claro que todas essas questões fazem parte de um amplo processo de transformação ainda em andamento. A tentativa de criarmos cultura da economia solidária da cultura está neste sentido, na medida em que possibilitam olharmos com outros olhos as relações e possibilidades dentro da economia da cultura. É essencial, no entanto, que todas essas propostas e questionamentos possam ser ainda mais ampliadas, construídas, desconstruídas e reconstruídas para que, com base nas experiências desenvolvidas, possamos desenvolver ainda mais possibilidades concretas.

Para tanto, vale frisar que nosso objetivo não é termos de construir propostas alternativas ao que existe, como parte do esforço de quem acredita em transformação, mas sim que um dia elas possam fazer parte de uma realidade de políticas culturais onde não precisem ser desenvolvidas correções ou alternativas ao contexto, mas sim, um mundo onde

os direitos culturais prevaleçam, bem como as diversidades, o respeito aos diferentes saberes e o estímulo à solidariedade e que essas sejam as únicas alternativas.

Bibliografia

BORGES, Jorge L. Funes, el Memorioso. In. Ficciones, Argentina, 1956.

ECOSOL – Site do Grupo de Pesquisa de Economia Solidária – www.ecosol.org.br

FARIA, Hamilton. Cultura e localidade : apontamentos para uma Agenda XXI da cultura local sustentável. No prelo.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – www.fbes.org.br

IBGE. Sistema de Informações e Indicadores Culturais. IBGE, 2003.

IBGE. Pesquisa Municipal- Bloco de Cultura. IBGE, 2005

PNUD, Liberdade Cultural no Mundo Diversificado. Relatório de Desenvolvimento Humano. PNUD, 2004.

SANTOS, Bianca. Valorizar a Produção Cultural Local. Boletim DICAS no. 220. Instituto Polis, São Paulo.

SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. Proposta, n. 72, p. 6-13, 1997.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). A economia solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000. 360 p.

SOARES, Bezinha. Barracões Culturais da Cidadania. Boletim DICAS no. 169. Instituto Polis, São Paulo.

In: LOTTA, Gabriela. (Org.). Ações, Atitudes e Competências para Construção de Políticas Públicas Compartilhadas. 1ed. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista, 2010, v. 1, p. 67-76.